

# Divida: o Senado quer saber.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, vai ter que explicar à Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa o acordo que fez pelo Brasil com os bancos credores — sua convocação deve sair até o final desta semana. Segundo o relator dessa comissão, senador Fernando Henrique Cardoso, "ao contrário de Bresser e Funaro, o ministro Maílson restringiu a prestação de informações tanto à opinião pública como ao Congresso, tornando mais difícil o acompanhamento desses entendimentos".

O senador Fernando Henrique Cardoso distribuiu ontem à comissão o estudo de 162 páginas com informações do processo de endividamento do País e das audiências públicas com os negociadores e ministros do governo Sarney. Um dos principais pontos do relatório indica que "a partir da prática abusiva de contratos sob a cláusula leonina dos juros flutuantes, que passou a ser praticada a partir de 1971, a bola de neve financeira disparou. Estudos mostram que cerca de 1/4 da dívida brasileira deve-se à elevação da taxa de juros sobre o estoque da dívida que corresponde a um investimento real no País". Ou seja, "cerca de US\$ 25 bilhões".

Além dessa questão, o senador Fernando Henrique Cardoso considera necessário levantar também as seguintes questões, que serão discutidas pela comissão com o ministro Maílson: "Pagamento da dívida feito em detrimento das reservas; desembolso pesado de juros; não houve acordo para a securitização, conforme proposto em setembro do ano passado; e não houve demonstração, a longo prazo, que desse vazão a uma política de desenvolvimento".

A convocação imediata do ministro Maílson da Nóbrega é apenas a primeira medida que a comissão especial da dívida externa pretende tomar, antes de se posicionar oficialmente sobre a condução da negociação. Outra proposta visa o levantamento dos possíveis prejuízos que alguns setores internos estão sofrendo, com a transferência de recursos para o Exterior. O relator da comissão questiona também o custo do comitê dos bancos credores. Segundo ele, esse custo está estimado em US\$ 5 milhões.

O presidente da comissão especial da dívida externa, senador Carlos Chiareli (PFL/RS), declarou que desde o funcionamento da comissão, que completa um ano no próximo dia 19, "já convivemos com três ministros da Fazenda e dois presidentes do Banco Central e ficamos surpresos em ver que essa negociação é justamente o oposto daquilo que sempre foi pregado". Por esse motivo, existe a dúvida, entre os integrantes dessa comissão, sobre até que ponto podem respaldar essa negociação realizada por Maílson.